

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020

(Do Sr. MARCELO CALERO)

Requer informações ao Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, sobre o processo de transferência e reorganização da Secretaria de Cultura e unidades vinculadas.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações detalhadas ao Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, sobre a reorganização e reestruturação da Secretaria de Cultura e suas instituições vinculadas, nos seguintes termos:

1. Por quais motivos ainda não foi concluída a transferência da Secretaria Especial da Cultura, do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo, determinada por meio do Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019?
2. Em que data o Ministério do Turismo concluirá a transferência total da Secretaria Especial de Cultura, bem como dos demais órgãos do setor cultural, também transferidos ao Ministério do Turismo, por meio do Decreto nº 10.108, de 7 de novembro de 2019?
3. Qual é o plano de transferência, reorganização e reestruturação da Secretaria de Cultura e demais órgãos do setor cultural para o Ministério do Turismo? Em que etapa o processo se encontra?
4. Está em curso estudo ou ato prevendo a incorporação da Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB - à estrutura organizacional do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram -, autarquia vinculada ao Ministério do Turismo? Quais as justificativas que embasam essa decisão?
5. Quais são os impactos para o Ministério do Turismo em decorrência das novas atribuições? Há estudos realizados? Em caso positivo, solicitamos

cópias.

6. Quais são as funções específicas do Ministério da Cidadania na transferência da Secretaria Especial de Cultura e demais órgãos do setor cultural para o Ministério do Turismo? As funções foram cumpridas nos prazos determinados?

JUSTIFICAÇÃO

O decreto presidencial nº 10.107, de 6 de novembro de 2019¹, transferiu a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo. Assim, passam a compor o Ministério do Turismo, a Secretaria Especial de Cultura, o Conselho Nacional de Política Cultural, a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, a Comissão do Fundo Nacional de Cultura e seis secretarias ligadas ao antigo Ministério da Cultura.

Nesse sentido, algumas competências, antes do Ministério da Cidadania, se tornaram atribuições do Ministério do Turismo, quais sejam: implementar a política nacional de cultura; proteger o patrimônio histórico, artístico e cultural; regular direitos autorais; assistência ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos; desenvolvimento e implementação de políticas e ações de acessibilidade cultural; formulação e implementação de políticas, programas e ações para o desenvolvimento do setor museal.

Ademais, o decreto presidencial nº 10.108, de 7 de novembro de 2019², vinculou sete órgãos do setor cultural ao Ministério do Turismo, entre eles a Agência Nacional de Cinema (Ancine), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Fundação Biblioteca Nacional.

Cabe destacar ainda que a nota oficial sobre a incorporação da Secretaria Especial de Cultura ao Ministério do Turismo afirma que ambos “possuem pautas sinérgicas e atividades naturalmente integradas” (GOV, 08/11/2019)³.

1 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10107.htm

2 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10108.htm



O segmento da cultura envolve ao menos 68 setores da economia, e é transversal como o do Turismo, que impacta em 53 setores. A fusão, portanto, fortalece as ações de cada área, com maior integração e ganho de eficiência – como preconiza o governo do presidente Jair Bolsonaro – impulsionando o desenvolvimento econômico e social, ampliando o acesso à cultura e ao turismo, beneficiando a população brasileira (GOV, 08/11/2019).

Todavia, alterar a subordinação hierárquica de diversas unidades administrativas envolvidas com determinada área de política pública tem efeito danoso sobre as atividades desempenhadas por essas unidades, visto que planos realizados e prioridades estabelecidas podem ser modificadas de um momento para o outro.

Como ex-ministro de estado da Cultura e, agora, como Deputado Federal, preocupa-me que tal medida possa vir a desestruturar a política cultural nacional.

Dada a relevância da cultura para o Brasil e sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informação para a obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de modo eficiente.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputado **MARCELO CALERO**

³ <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13119-nota-oficial-incorpora%C3%A7%C3%A3o-da-secretaria-especial-da-cultura-ao-minist%C3%A9rio-do-turismo.html>

